

Semana Global do Empreendedorismo: celebrar os avanços e identificar novos desafios

» CARLOS MELLÉS
Presidente do Sebrae

O empreendedorismo brasileiro está em festa. Entre o dia 14 e hoje, celebramos a 15ª edição da Semana Global do Empreendedorismo. A iniciativa, que no Brasil é coordenada desde 2018 pelo Sebrae, vem batendo sucessivos recordes, tornando o país líder mundial dessa ação à frente de outros 180 participantes. Com a coordenação do Sebrae, a SGE já mobilizou cerca de 3,5 milhões de pessoas, somente nos últimos quatro anos, e conquistou sete premiações internacionais. Este é o segundo ano de vigência da lei que integrou a Semana Global ao calendário nacional, com o objetivo de desenvolver, em todo o território nacional, palestras, debates, seminários e outros eventos e atividades para contribuir com o fortalecimento e a disseminação da cultura empreendedora no país.

Em 2022, a Semana Global do Empreendedorismo trouxe como tema central o papel da atividade de empreender como estratégia para a inclusão de grupos mais diretamente impactados pela crise econômica provocada pela pandemia, em especial, as mulheres, os empreendedores negros e os mais jovens. A escolha se deu a partir de resultados apontados pela pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), referência mundial sobre o empreendedorismo. Segundo o levantamento realizado em 2021, o impacto econômico dos últimos dois anos ampliou as desigualdades entre homens e mulheres e entre brancos e negros no empreendedorismo.

De fato, além de uma proporção maior de empresárias ter sido empurrada para fora dessa atividade, o levantamento patrocinado pelo Sebrae mostra que aquelas que permaneceram com suas empresas em operação tiveram perdas econômicas mais severas. Esse fenômeno também se repetiu na comparação entre empreendedores negros e brancos. Hoje, data que marca a luta contra o racismo e pela redução das desigualdades que atingem esse contingente da população, um estudo do Sebrae mostra que caiu o percentual de empresários negros entre os adultos economicamente ativos e que eles estão sendo motivados a abrir um negócio — predominantemente — pela necessidade. Além disso, o levantamento revela que as diferenças de remuneração e escolaridade entre os dois grupos foram acentuadas entre 2018 e 2021.



Na semana, que foi marcada por milhares de atividades em todos os cantos do país, o Sebrae e seus parceiros (Aliança Empreendedora, Anjos do Brasil, Anprotec, Artemisia, Brasil Júnior, Conaje, Endeavor, Junior Achievement, a Rede Mulher Empreendedora e mais centenas de instituições engajadas no movimento) celebraram as conquistas alcançadas pelas pequenas empresas brasileiras e convidaram à reflexão sobre os desafios que ainda temos a enfrentar nos próximos anos. Queremos ainda ampliar a consciência de todos sobre o papel fundamental do empreendedorismo como promotor da inclusão social e da igualdade de oportunidades. Não podemos perder de vista que as MPE têm

sidido responsáveis, nos últimos anos, por sete em cada 10 empregos criados no país e que 86 milhões de brasileiros (40% da população) vivem direta ou indiretamente da atividade dessas empresas.

Por outro lado, ainda precisamos avançar na implementação de políticas públicas que melhorem o ambiente de negócios, reduzam a burocracia e elevem a competitividade dos pequenos negócios com o desenvolvimento de inovação e tecnologia. As micro e pequenas empresas deram, ao longo das últimas décadas, repetidas provas de que serão capazes — com o devido apoio — de dar as respostas de que o país precisa para alcançarmos um novo patamar de desenvolvimento, com mais emprego e renda para todos.

Deus, pátria e família

» SACHA CALMON
Advogado

O candidato derrotado adotou slogan parecido: “Deus acima de tudo e Brasil acima de todos”. Todavia perdeu. O dólar caiu, a bolsa subiu e o golpe faliu, logo após as eleições presidenciais. Por outro lado, ou farsete “Deus, Pátria e Família”, de cunho emocional a lidar com valores fundamentais, foi usado por Mussolini, na Itália (fascismo); Hitler, na Alemanha; Salazar, em Portugal; e Franco, na Espanha, para a instalação de governos autocráticos de funestas consequências em todas esses países. Foi disso precisamente do que nos livramos sem aderir à corrupção ou ao comunismo. No Brasil, tivemos o “integralismo” de Plínio Salgado, “os camisas verdes” e os congregados marianos a repetir o “slogan”. Agora, o bolsonarismo, de direita, como admitiu o próprio presidente derrotado, dele se apropriou.

Vale repetir que o presidente derrotado em seu discurso disse que a “direita”, no caso o PL do “Centrão”, de Valdemar da Costa Neto, fez surgir forte essa corrente política no Brasil, “autodeterminou como sendo da direita”. O fato dessa declaração enfática de Bolsonaro nos leva a analisar o que seja a “direita política” no passado e no presente.

É desnecessário voltar à Revolução Francesa contra a monarquia, quando as facções políticas dos jacobinos, girondinos e outros sentavam-se à direita ou à esquerda do parlamento gaulês de então, origem histórica das expressões direita e esquerda, pois a realidade de 1794 era bem outra, não valendo aqui descalvá-la.

Ao cabo e ao fim, o que é a direita em 2022?

No século passado, bem perto, antes e depois da 2ª Guerra Mundial, a direita era a monarquia russa do Tzar, a supremacia ariana anticomunista e contra os judeus de Hitler, o fascismo italiano de Mussolini, o franquismo totalitário de general Franco, na Espanha, e o salazarismo absolutista de Salazar em Portugal, além de outros regimes.

Em pleno século 21, considera-se de “direita” o governo absoluto de Duda, na Polônia; de Orban, na Hungria; e Trump, nos Estados Unidos, cujos traços comuns são: (a) a demonização dos adversários políticos; (b) a pregação de que são os salvadores da pátria; (c) o uso de slogans emocionais; e (d) a tendência amorosa de solapar o regime democrático e a rotatividade do poder.

No Brasil, o bolsonarismo não hesitou em parar o país (obstrução dos grupos bolsonaristas de caminhoneiros) e ajuntamento na frente dos quartéis pedindo “intervenção militar” para impedir o vencedor das eleições de se tornar presidente do país. O espírito belicoso, o ódio ao adversário, a repulsa ao Poder Judiciário e as urnas eletrônicas que estariam sendo sabotadas são as provas de que o discurso de ódio avassalou o país, tal qual ocorreu com o nazismo e o fascismo na Europa.

É motivo de grande preocupação que dito fenômeno político esteja ocorrendo no Brasil, desde 1985 uma democracia forte, nascida pela vontade do povo após a tenebrosa ditadura militar que já durava 21 anos (1964 a 1985). É hora de prestar homenagem ao grande político mineiro Tancredo Neves, que soube fazer a transição da ditadura para a democracia, e

falecido nesse processo, a merecer o póstumo aplauso de todos os mineiros que prezam a democracia contra aqueles que dela se servem para derrubá-la. Não passarão!!

Não passaram porque o povo sabe distinguir e o fez nessa última eleição presidencial. Tanto é que, proclamado os resultados eleitorais, os líderes mundiais não demoraram mais que 40 minutos para cumprimentar o presidente eleito, ou seja, Lula da Silva. Todos eles, desde Biden, passando por Putin, o representante da União Europeia, Macron, da França, só para citar os mais relevantes, estavam informados pelos seus serviços secretos. Estavam informados sobre o cenário político do Brasil. Vale dizer que todos sabiam quem era o desastroso concorrente, de pendor golpista que fora derrotado nas urnas acreditadas no exterior. Nenhum deles duvidou do processo eleitoral. Dizer que houve fraude, como estão a sugerir, faz parte de uma tendência golpista que perdura até hoje... Pois é, como se diz em Teresina, no Piauí: “Desculpa de amarelo é dizer que come barro”. No caso em foco, o gosto do barro é o mesmo da derrota na eleição presidencial. Como se diz na canção (o barro do chão)...

Só faltava essa! A culpa é das urnas. Agora, se Bolsonaro ganhasse as eleições, duvidado que sua turma duvidaria das urnas eletrônicas. Lula decerto não duvidaria. Ele já disputou cinco eleições, perdeu duas e ganhou três. Está pela terceira vez no comando do país. Entretanto, nunca duvidou do nosso processo eleitoral, que é perfeito. O resto é “jus esperneandi” de perdedor. É o gosto do barro do chão.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Estado e ética

Dizer que todos os cidadãos de um país estão aptos para a participação política é uma coisa. Outra diferente é afirmar que todos os cidadãos estão aptos para assumir o governo e de lá adotar as políticas que a nação anseia. A construção de uma democracia requer, desde seus primórdios, que haja, no seio da sociedade, uma comunidade moralmente boa.

Esse pré-requisito é ainda mais cobrado daqueles que, porventura, vierem a manifestar o desejo de governar. E é aí que a porca torce o rabo. É impossível se alcançar uma pacificação social, pressuposto necessário para toda democracia, quando se verifica que aqueles grupos que apoiam cidadãos sem escrúpulos políticos e que recorrem a instrumentos imorais, possuem os mesmos direitos políticos que quaisquer outros grupos dentro da sociedade.

Tal impasse só parece ter solução adequada quando os instrumentos da Justiça entram nessa questão em busca de balizamentos legais que tornam uma e outra vontade, favoráveis ao estabelecimento da paz e da harmonia. Mais do que coerção, o Estado deve buscar e fazer prevalecer os valores e virtudes democráticas, porque sem elas não pode haver coesão social. O Estado, em si, é uma construção amoral e não imoral, como pregam alguns. Isso quer dizer que as virtudes e os vícios encontrados no indivíduo não podem e não devem ser transferidos para essa instituição. Para alguns, o Estado, mesmo sendo uma construção humana, é um ente inumano e indiferente a sentimentos e outras manifestações de ordem moral. Nesse sentido, qualquer um é aceito no leme do Estado, desde que seu comportamento não afete a harmonia e a serenidade entre os cidadãos. Mas, em se tratando da correlação entre o ser humano e o Estado, é preciso estabelecer, antes, alguns parâmetros que façam os cidadãos perceberem que as ações do Estado são justamente aquelas que escolheriam para decidir fatos corriqueiros em seu cotidiano.

Os princípios da Declaração dos Direitos Universais do Homem, aceitos mundialmente, não devem ser o ponto de partida e a essência a ser buscada quando da construção de um Estado moderno e eficiente. De alguma forma, essa capacidade do ser humano em cuidar de si e dos seus deve ser também transferida ao Estado, dando a essa entidade de agir conforme esperam os homens, amparando-os e defendendo cada um quando necessário. Claro que isso é o ideal. Mas o Estado desconhece o que seja ideal e age segundo o desejo daqueles que estão com a mão no leme. E é aí que a porca torce o rabo pela segunda vez. Nesse ponto temos que os vícios e as virtudes, quer queiramos ou não, são repassados ao Estado e deste para os cidadãos. Aqui verificamos que um mau Estado é sempre aquele que é comandado por indivíduos maus. O que não pode ser descartado aqui, a despeito de um Estado sem alma ou sentimentos, é que a ética se constitui no principal leitmotiv do Estado. Sem ela, nem o mais avançado modelo de Estado não possuirá forças para avançar e ser o que deve ser.

» A frase que foi pronunciada

“Na longa história do mundo, apenas algumas gerações receberam o papel de defender a liberdade em sua hora de perigo máximo. Eu não me esquivo dessa responsabilidade — eu a aceito. Não acredito que nenhum de nós trocaria de lugar com qualquer outro povo ou qualquer outra geração. A energia, a fé e a devoção que trazemos para este empreendimento iluminarão nosso país e todos que o servem — e o brilho desse fogo pode realmente iluminar o mundo. E assim, meus compatriotas: não pergunte o que seu país pode fazer por você — pergunte o que você pode fazer por seu país.”

John F. Kennedy, 1961

Agência Câmara

» Nesta semana, a Câmara dos Deputados terá importante reunião na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. São denúncias entregues ao deputado Aureo Ribeiro, que, segundo ele, são “fatos de elevada gravidade”, e cabe “evitar esforços para que os esclarecimentos sobre o conluio fraudulento sejam prestados, de maneira a coibir eventuais desvios de recursos públicos”.

Firme e forte

» Quando Michel Temer assumiu a Presidência da República, o Partido dos Trabalhadores pareceu ter esquecido de que ele era aliado e vice da chapa. Com declarações desastrosas do PT sobre alguns técnicos nomeados por Dilma e pelo vice Alckmin quando governava SP, é bom que a turma esteja preparada para uma alternativa que porventura possa aparecer.

Tempo certo

» Por falar nisso, bem lembram algumas linhas do livro *As Veias Abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano: “Quando as palavras não são dignas como o silêncio, é melhor calar e esperar”.

» História de Brasília

Com estas chuvas, a escola no barraco fica impréstável, e é até uma maldade manter as crianças naquele local. (Publicada em 13.03.1962)